

CONJUNTURA

Ministro critica oportunismo

Márcio Elias Rosa, do Mdic, afirma que governo mantém diálogo permanente com os Estados Unidos sobre tarifas comerciais

» RAFAELA GONÇALVES

O tema das tarifas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil deveria se restringir à mesa de negociações comerciais, mas o governo brasileiro avalia que a disputa tem ganhado contornos políticos e eleitorais. A afirmação é do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa. Segundo ele, o país mantém negociações permanentes com Washington, com reuniões técnicas semanais em andamento para tratar do tema. “Veja se tem cabimento o governo norte-americano falar que o desafio para ele é a eleição no Brasil e ter brasileiro que celebra isso. Isso é uma tragédia do ponto de vista histórico e uma traição do ponto de vista político”, disse ontem, em entrevista ao programa Bom dia, ministro, da EBC. Segundo Rosa, cerca de 21% das exportações brasileiras estão hoje sob impacto das medidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos. Ele afirma que, embora o tema devesse permanecer restrito à esfera comercial, o debate “às vezes assume outros contornos, de natureza política e eleitoral”.

“O governo Lula vem negociando com os EUA desde o primeiro dia em que as decisões (do tarifaço) começaram a ser tomadas pelo governo norte-americano. Lamentavelmente, esse tema, que deveria ser tratado apenas como uma pauta comercial, às vezes assume contornos de natureza política e eleitoral, em um oportunismo que me surpreende sempre”, afirmou Elias Rosa. “Toda vez que surgem na cena algumas figuras com um discurso oportunista, o Brasil paga a conta”, acrescentou.

As declarações foram dadas em meio a movimentos que, segundo integrantes do governo, têm contribuído para ampliar a politização do debate sobre as tarifas no

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Márcio Elias Rosa, participa do programa Bom dia, ministro

país. Nesse contexto, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) marcou uma audiência pública para o dia 6 de julho, em Washington, para discutir o tema com diferentes setores e interessados.

O Palácio do Planalto decidiu não enviar representantes ao encontro. A orientação interna é evitar a participação na audiência e concentrar os esforços em negociações diretas, conduzidas por canais diplomáticos oficiais com a administração norte-americana, em um movimento de preservação do canal institucional entre os dois governos.

Já o pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) se

inscreveu para discursar na audiência. No documento encaminhado ao USTR, o senador afirmou que pretende se posicionar contra as tarifas e defender o sistema de pagamentos brasileiro Pix de eventuais medidas norte-americanas.

Brasil Soberano

A escalada tarifária, de acordo com o ministro, teve início com uma ampliação das tarifas aplicada pelos EUA a diferentes países. No caso brasileiro, as negociações bilaterais chegaram a reduzir a alíquota para 10%, mas novas pressões recentes voltaram a recolocar o tema na mesa de discussão entre os dois governos.

Para mitigar os impactos sobre o setor produtivo, o governo lançou o programa Brasil Soberano, voltado ao apoio de empresas exportadoras afetadas pelas medidas. “O Brasil Soberano vai sempre ter recursos disponíveis necessários para socorrer as empresas e os empregos”, garantiu Márcio Elias Rosa.

Durante a entrevista, ele também criticou questionamentos norte-americanos ao sistema de pagamentos Pix, que classificou como uma tecnologia brasileira. “O Pix é nosso. O problema é que algumas pessoas incentivam o governo norte-americano a imaginar que pode causar danos à soberania brasileira.”

Rosa avaliou as tarifas como “absolutamente injustas” sob a ótica comercial e afirmou que o Brasil mantém tratativas técnicas semanais com os Estados Unidos para tentar reverter o cenário. “Nós precisamos convencer o governo norte-americano de que não podem preponderar interesses egoísticos em uma decisão que diz respeito a uma nação”, declarou.

Ele destacou que setores como rochas ornamentais, madeira, calçados e sal estão entre os mais impactados, por dependerem fortemente do mercado norte-americano, e disse que o governo trabalha para ampliar a lista de exceções nas negociações em curso.

Regra para a internet

» IAGO MAC CORD

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) informou ao **Correio** ter capacidade operacional para iniciar imediatamente o monitoramento das novas obrigações impostas às plataformas digitais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo governo federal. A autarquia pontuou que já está adotando as providências internas necessárias, realizando a reorganização de suas prioridades, a alocação de equipes e o planejamento das ações de regulação e fiscalização.

Segundo nota enviada ao jornal, “a recente transformação em agência reguladora ampliou sua autonomia administrativa, técnica e decisória e foi acompanhada pela criação de uma carreira própria com 200 cargos efetivos e pela contratação de profissionais temporários”.

A atuação da ANPD é fundamental para o cumprimento do arcabouço regulatório do ambiente virtual. Entre as principais medidas, o STF determinou que as empresas se adequem ao chamado “dever de cuidado” no prazo de 60 dias.

Além disso, por determinação do Executivo, o regramento fixa a “regra das duas horas”, que exige a remoção de conteúdos de exposição íntima não consentida — incluindo deepfakes — em no máximo 120 minutos após a notificação da vítima.

O dever de remoção imediata concentra-se prioritariamente em sete grupos de delitos: atos antidemocráticos, terrorismo, indução ao suicídio ou à automutilação, racismo, homofobia e transfobia, violência contra a mulher e crimes sexuais contra crianças.

MERCADO FINANCEIRO

BC adota mudança interna na fiscalização

» PEDRO JOSÉ*

O Banco Central promoveu alterações em seu regimento interno e passou a prever de forma mais detalhada a possibilidade de revisão de decisões administrativas em diferentes níveis hierárquicos da instituição. As alterações foram motivadas pela necessidade de fortalecer os mecanismos de supervisão e fiscalização das instituições financeiras após episódios recentes envolvendo o Banco Master e outras fintechs, apontam especialistas.

As mudanças foram oficializadas por meio da Resolução BCB nº 578, publicada na última segunda-feira. A atualização amplia competências de diretorias e departamentos da autoridade monetária em temas relacionados à supervisão do sistema financeiro, operações de liquidez, instituições de pagamento, prestadores de serviços tecnológicos e ativos virtuais.

Para o economista aposentado do Banco Central Newton Marques, casos envolvendo instituições financeiras e empresas ligadas ao sistema de pagamentos evidenciaram lacunas nos processos internos de acompanhamento e tomada de decisão do órgão. “Houve alterações no sentido de melhorar a supervisão, a fiscalização e a normatização das instituições financeiras que estão a cargo do Banco Central. Com base no que aconteceu com o Banco Master e outros bancos, constatou-se que havia brechas e ineficiências que eram resultantes da forma como as decisões eram tomadas”, afirmou.

Críticas no Senado

O BC sofreu com críticas recentes à gestão durante o esquema do Banco Master e BRB. No último mês, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senadores questionaram o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo.

O presidente da CAE, Renan Calheiros, questionou Galípolo

dizendo que, “o senhor (Gabriel Galípolo) há pouco lembrou que a quebra do Master não causaria crise sistêmica, porque era um banco de terceira divisão. E por que esse escritório do Banco Central (R\$ 11 bilhões para evitar a quebra da instituição) pedindo na sua gestão? O FGC acabou liberando R\$ 5,7 bilhões. Pode explicar a razão desse pedido do Banco Central ao FGC?”.

O presidente do BC, em resposta, disse que não teve esse pedido e que o Banco não tentou colocar a venda do Banco Master em prática. Para ele, “o que o FGC fez, inteligentemente, enquanto você está analisando a possibilidade de encontrar venda parcial ou total do banco, eu vou honrando os FGCs que estão vencendo e vou pagando”, explicou Galípolo.

Newton Marques avalia também que parte das mudanças busca redistribuir responsabilidades e ampliar o caráter colegiado das decisões, especialmente em temas considerados mais sensíveis para a estabilidade do sistema financeiro.

“A resolução procura fazer com que os dirigentes do Banco Central atuem de forma mais colegiada e não deixem determinadas responsabilidades concentradas apenas em alguns servidores”, disse.

O economista também destacou que o avanço dos bancos digitais, fintechs e empresas de tecnologia financeira exigiu uma atualização dos mecanismos de controle e supervisão adotados pela autoridade monetária.

“O Banco Central criou as fintechs para ampliar a competição no sistema bancário, mas existiam brechas que acabavam sendo exploradas por pessoas de má-fé. Houve casos de fraudes, invasões e irregularidades que mostraram a necessidade de aperfeiçoar a fiscalização dessas instituições”, explicou.

* Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

SUA ENERGIA
SEU RITMO!

5ª EDIÇÃO - BRASÍLIA

encontro
DELAS CAIXA

2K 5K 10K

INSCREVA-SE!

05 DE JULHO DE 2026

PARK SHOPPING

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

PROMOÇÃO

APOIO